

Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo estrutural misto.

Através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Através da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, foi fixado o número máximo de unidades flexíveis de cada comissão de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR);

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços, mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada, visando a prossecução das novas atribuições cometidas à CCDR Algarve;

Considerando que o mestre José Manuel da Costa Dantas possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 2.º grau (chefe de divisão) da Divisão de Vigilância e Controlo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional o mestre José Manuel da Costa Dantas, técnico superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Algarve, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

25 de Maio de 2007. — O Presidente, *José António de Campos Correia*.

ANEXO

Curriculum vitae

Identificação — José Manuel da Costa Dantas, nascido em 10 de Janeiro de 1968, na freguesia de Gandra, concelho de Ponte de Lima. Habilitações académicas:

1998 — discussão pública, em Março, da tese de dissertação, intitulada «Estudo do factor enriquecimento na erosão hídrica dos solos», do curso de mestrado em Engenharia do Solo e da Água, iniciado em 1 de Março de 1994, na Universidade de Évora;

1995 — conclusão com aproveitamento o curso de especialização do mestrado em Engenharia do Solo e da Água, que decorreu na Universidade de Évora, entre Março de 1994 e Março de 1995;

1994 — apresentação e discussão pública do estágio curricular do curso de licenciatura em Engenharia Hortofrutícola, em 10 de Janeiro, intitulado «Estudo da erosão hídrica em solos agrícolas. Contribuição para o seu controlo», cuja classificação obtida foi de 19 valores. Esta apresentação correspondeu ainda à finalização do referido curso de licenciatura, iniciado no ano lectivo de 1987-1988, o qual foi concluído com classificação final de 14 valores.

Actividade profissional:

Actual/1995 — encontra-se actualmente e desde 1 de Julho de 1995 a exercer a sua actividade na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (ex-Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Algarve), inicialmente em regime de prestação de serviços, entre 1 de Janeiro de 1997 e 29 de Março de 1998, como contratado, e desde então pertence ao quadro de pessoal desta instituição na carreira de técnico superior.

Ao longo destes anos esteve envolvido em diversos sectores, nomeadamente:

Desde 17 de Abril de 2001, desempenha as funções de chefe da Divisão de Licenciamento, com competências no licenciamento de actividades com repercussões ambientais, nomeadamente estabelecimentos industriais, pedreiras e operações de gestão de resíduos;

Desde Maio de 2002, tem acumulado as funções supracitadas com a implementação e coordenação da Divisão Sub-Regional, com competências em termos de fiscalização nas várias vertentes da ex-DRAOT-Algarve, designadamente na ambiental (domínio hídrico — águas interiores e costeiras, ruído, ar e resíduos), no ordenamento do território e na conservação da natureza;

1999-2000, enquadrado na Divisão de Utilização do Domínio Hídrico (DUDH), apreciou processos diversos relacionados com descargas de águas residuais, colaborou em levantamentos/estudos sobre substâncias perigosas e fontes poluidoras e acompanhou os contratos de adaptação ambiental dos sectores das pedras naturais, das corticeiras e dos lagares de azeite;

1997-1998, enquadrado na Divisão de Projectos e Obras (DPO) e na Divisão Sub-Regional (DSR), avaliou processos de intervenções na rede hidrográfica da região do Algarve, designadamente licenciamentos de extracções de inertes e construções várias, acompanhou e orientou trabalhos de limpeza e desobstruções de diversas linhas de água e apreciou processos de estudo de impacte ambiental;

1995-1996, participou na unidade de planeamento criada para elaboração do Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve, no âmbito da qual realizou vários estudos relacionados com a caracterização dos recursos hídricos e com a erosão do solo;

1994-1995, leccionou, como professor provisório, a disciplina de Geografia dos 7.º e 9.º anos, na Escola E. B. 2.º e 3.º Ciclos Poeta Bernardo de Passos, em São Brás de Alportel, entre 30 de Setembro de 1994 e 31 de Agosto de 1995;

1992-1994, colaborou com a Unidade de Ciências e Tecnologias Agrárias da Universidade do Algarve, no âmbito do projecto de investigação e educação ambiental relacionada com a erosão e desertificação no Algarve, financiado pela Comunidade Europeia — DG XI — Acção MedSPA, desde Março de 1992 até Julho de 1994;

1990-1991, desempenhou, na qualidade de estudante do curso de Engenharia Hortofrutícola, da Universidade do Algarve, funções de apoio à investigação, durante o período de Novembro de 1990 a Setembro de 1991, no âmbito de um projecto de biotecnologia vegetal, da Unidade de Ciências e Tecnologias Agrárias;

1987, realizou um levantamento sobre os regadios tradicionais da freguesia de São Martinho da Gandra, concelho de Ponte de Lima, durante o mês de Agosto, para a respectiva Junta de Freguesia, com vista à candidatura a um programa de financiamento para beneficiação dos mesmos (PEDAP);

1987, participou no Programa OTJ (Ocupação Temporária de Jovens), no âmbito do qual desempenhou funções de apoio administrativo aos técnicos da Zona Agrária do Vale do Lima, em Ponte de Lima, de Abril a Outubro;

1987, colaborou com a Comissão de Coordenação da Região do Norte, durante os meses de Janeiro e Fevereiro, para realização de um inquérito/levantamento sobre as condições das escolas do concelho de Ponte de Lima.

Formação profissional — ao longo de toda a vida profissional tem participado em inúmeros cursos e acções de formação, nas áreas técnicas, administrativas e do desenvolvimento pessoal, sendo de destacar o curso FORGEP — Programa de Formação em Função Pública, que decorreu entre 18 de Setembro e 7 de Dezembro de 2006, com duração de cento e vinte horas e promovido pelo Instituto Nacional de Administração, o qual foi concluído com classificação final de 14,8 valores.

Despacho n.º 13 495/2007

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi publicado o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo estrutural misto.

Através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Através da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, foi fixado o número máximo de unidades flexíveis de cada CCDR.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada, visando a prossecução das novas atribuições cometidas à CCDR Algarve;

Considerando que a licenciada Élia Cristina Viegas Pedro possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 2.º grau (chefe de divisão), da Divisão de Património e Expediente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, a licenciada Élia Cristina Viegas Pedro, técnica superior de 1.ª classe, do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região do Algarve, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

25 de Maio de 2007. — O Presidente, *José António de Campos Correia*.

ANEXO

Curriculum vitae

Nome — Élia Cristina Viegas Pedro.

Data de nascimento — 30 de Dezembro de 1971.

Habilitação académica — licenciatura em Gestão de Empresas pela Universidade do Algarve, concluída em 1994.

Actividade profissional:

Realizou um estágio no NERA — Associação Empresarial da Região do Algarve, no âmbito do Programa Jovens Técnicos para a Indústria, de Junho de 1994 a Fevereiro de 1995, tendo desempenhado funções no Gabinete de Apoio ao Empresário;

De Abril de 1995 a Outubro de 1997 esteve integrada na Direcção Regional da Administração Autárquica da CCR Algarve, tendo desempenhado as seguintes tarefas: apoio às autarquias no âmbito da contabilidade e contas de gerência, análise e acompanhamento de candidaturas no âmbito da cooperação técnica e financeira, análise e acompanhamento de candidaturas no âmbito do SIR — Sistema de Incentivos Regionais, participação nas reuniões da comissão de selecção do SIR como representante da CCR Algarve;

De Outubro de 1997 a Outubro de 2003 esteve integrada na estrutura de apoio técnico do RIME — Regime de Incentivos às Microempresas, na CCR Algarve, onde executou as seguintes tarefas: apoio aos promotores e demais entidades intervenientes no sistema de gestão do RIME, análise de candidaturas, acompanhamento físico e financeiro das candidaturas aprovadas, tratamento de dados para apoio à gestão do RIME, análise de situações de incumprimento e preparação de processos de rescisão de contratos de concessão de incentivos;

De Outubro de 2003 a Fevereiro de 2004 esteve integrada na Direcção Regional da Administração Local da CCDR Algarve, onde desempenhou as tarefas de análise e acompanhamento de candidaturas no âmbito da cooperação técnica e financeira do Programa Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e do Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva;

De Fevereiro de 2004 a Maio de 2005 exerceu funções na Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros da CCDR Algarve, tendo assumido, a partir de 1 de Abril de 2004, a responsabilidade técnica pelas áreas de aprovisionamento e património e de expediente e arquivo, onde entre outras desempenhou as seguintes tarefas: organização de processos de aquisição de bens e de serviços e de empreitadas de obras públicas, nos termos da legislação em vigor, garantir a manutenção das instalações e dos equipamentos, gestão do parque automóvel, gestão e distribuição dos produtos de economato, organização e actualização do inventário dos bens móveis e imóveis, assegurar a recepção, classificação, expedição e arquivo do expediente da CCDR, garantir a circulação interna dos documentos e estudar, promover e coordenar as acções referentes à racionalização, normalização e simplificação dos procedimentos e circuitos administrativos;

Desde Maio de 2005 exerce funções de chefe da Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, em regime de substituição, na CCDR Algarve.

Formação (mencionadas as acções de frequência mais recente):

FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública — de 8 de Maio a 30 de Julho de 2006;

Seminário de alta direcção — de 7 a 11 de Novembro de 2005;
Curso de saúde, higiene e segurança no trabalho — Outubro de 2004;

Curso de regime jurídico de aquisição de bens e serviços — Fevereiro de 2004;

Curso de regime jurídico de empreitadas de obras públicas — Fevereiro de 2004.

Despacho n.º 13 496/2007

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi publicado o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo estrutural misto.

Através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Através da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, foi fixado o número máximo de unidades flexíveis de cada CCDR.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada, visando a prossecução das novas atribuições cometidas à CCDR Algarve;

Considerando que o licenciado Carlos Alberto Louro das Neves Cardoso possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 2.º grau (chefe de divisão), da Divisão de Sistemas de Informação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, o licenciado Carlos Alberto Louro das Neves Cardoso, técnico superior de 1.ª classe, do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região do Algarve, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

25 de Maio de 2007. — O Presidente, *José António de Campos Correia*.

ANEXO

Curriculum vitae

Nome — Carlos Alberto Louro das Neves Cardoso.

Data de nascimento — 5 de Maio de 1971.

Habilitação académica — licenciatura em Gestão de Empresas pela Universidade do Algarve, concluída em 1994.

Actividade profissional (resumo):

De Fevereiro de 1995 a Outubro de 1997, exerceu funções como técnico superior na Divisão de Estudos Regionais e Estatística da Direcção Regional de Planeamento e Desenvolvimento, da Comissão de Coordenação da Região do Algarve;

De Outubro de 1997 a Dezembro de 2000, exerceu funções como técnico superior na Divisão de Estudos, Formação e Administração Autárquica da Direcção Regional da Administração Autárquica, da Comissão de Coordenação da Região do Algarve;

De Janeiro a Agosto de 2001, exerceu funções de chefe da Divisão do Planeamento da Direcção Regional de Planeamento e Desenvolvimento, da Comissão de Coordenação da Região do Algarve;

Desde Setembro de 2001, desempenha funções de chefe da Divisão de Apoio Técnico e Sistemas de Informação, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

Formação (mencionadas as acções de frequência mais recente):

Hardware, redes e comunicações — Novembro de 2003;

Instalação e configuração do sistema operativo Windows 2000 — Novembro de 2003;

SAD — seminário de alta direcção, INA — Novembro de 2005.

Despacho n.º 13 497/2007

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi publicado o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo estrutural misto.

Através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Através da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, foi fixado o número máximo de unidades flexíveis de cada CCDR.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada, visando a prossecução das novas atribuições cometidas à CCDR Algarve;